



Anais da Assembléia

Nº 103

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE JUNHO DE 1997.

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albaror Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spedez; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irandi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 1997
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi provada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 023/97

Curitiba, 10 de junho de 1997.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito

suplementar no valor de R\$7.258.275,00 (sete milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e setenta e cinco reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, visando atender a apresentação de excesso de arrecadação referente ao convênio, não previsto na elaboração da Lei Orçamentária, entre o DER e a COPEL, para a execução de obra rodoviária no trecho entre Quedas do Iguaçu e Três Barras do Paraná.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação de convênios não previstos.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral > do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 7.258.275,00 (sete milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e setenta e cinco reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação do convênio não previsto na elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, conforme Anexo III desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I	FL. 01	
DE DESPESA ANEXO			R\$ 1.00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	VALOR	INCLUSO / IPROCE / ICOP
7100	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I I I		I
7130	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	I I I		I
1180	CONSTRUCAO DE RODOVIAS	4490.51178 I I	7.258.275	10184 I
T O T A L			I	7.258.275 I

ACRESCIMO DA RECEITA		A N E X O I I	FL. 02	
ANEXO			R\$ 1.00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	I F T	VALOR	IPROCE
	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I I		I
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	I I		I
1590.10.731	EXCESSO DE ARRECADACAO - CONVENIOS COM ORGAOS DO ESTADO	78 I	7.258.275	10184 I
T O T A L			I	7.258.275 I

SUPLEMENTACAO DAS OBRAS		A N E X O I I I	FL. 03	
ANEXO			R\$ 1.00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	I F T	VALOR	IPROCE
7100	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I I		I
7130	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	I I		I
1180	CONSTRUCAO DE RODOVIAS	I I		I
0076	CONSTRUIR RODOVIA PAVIMENTADA ENTRE IQUEDAS DO IGUACU E TRES BARRAS DO IPARANA	I 78 I	7.258.275	10184 I
T O T A L			I	7.258.275 I

MENSAGEM Nº 024/97

ANTEPROJETO DE LEI

Curitiba, 10 de junho de 1997.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 643.353,00 (seiscentos e quarenta e três mil, trezentos e cinquenta e três reais), ao vigente orçamento da Procuradoria-Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, visando atender ao pagamento de precatórios do IASP, remanescentes do exercício de 1995.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) EMILIA BELINATI

Governadora do Estado, em exercício

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 643.353,00 (seiscentos e quarenta e três mil, trezentos e cinquenta e três reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
DE DESPESA				R\$ 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOC
I	I	I DA	IFTIDI		I PROC
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP
1900	IPROCURADORIA GERAL DO ESTADO	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
1901	IPROCURADORIA GERAL DO ESTADO	I	I I I		I I
2021	IGERENCIAMENTO DA PGE E DOS	I	I I I		I I
	IPRECATORIOS TRABALHISTAS	I 3390.91100	ILI	643.353	101781
T O T A L				643.353	I

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01	
DE DESPESA				R\$ 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOC
I	I	I DA	IFTIDI		I PROC
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP
1900	IPROCURADORIA GERAL DO ESTADO	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
1901	IPROCURADORIA GERAL DO ESTADO	I	I I I		I I
2023	IGERENCIAMENTO DE PRECATORIOS	I	I I I		I I
	IDIVERSOS	I 3390.91120	ILI	643.353	101781
T O T A L				643.353	I

ACRESCIMO		ANEXO III		FL. 02
RECEITA CENT				R\$ 1,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROCI
1113.02.00	IMPOSTO S/OPERACOES RELATIVAS A	00	643.3531	0171
	ICIRC.MERC.E S/PRESTACAOE SERV.DE			
	ITRASP.INTEREST. E INTERMUN. E DE			
	ICOMUNICACAO			
TOTAL			643.3531	

REDUCAO		ANEXO IV		FL. 02
RECEITA CENT				R\$ 1,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROCI
12119.02.00	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	20	643.3531	0178
	IVINCULADAS			
TOTAL			643.3531	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 026/97

Curitiba, 10 de junho de 1997.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar a elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que solicita a aprovação de um ajuste no valor de R\$ 51.400,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, visando atender despesas com complementação das obras de acesso rodoviário entre a Usina de Alcool Junqueira e o Distrito de Alto Alegre, conforme termo de Cooperação Técnica nº 009/95, firmado entre o DER e o Município de Colorado.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um ajuste ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 51.400,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º, fica alterado o Anexo de Obras do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRESCIMO DE DESPESA		ANEXO I		FL. 01 R\$ 1,00		
		ANEXO				
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA I DA I DESPESA	I FT I IRI	VALOR	IN.DOI IPROCI ICOP	I
7100	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I I I	I I I		I I I	I I I
7130	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	I I	I I		I I	I I
2380	CONSERVACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL	I I	I I		I I	I I
		4490.51	00 ILI	51.400	10264	I
		T O T A L		51.400		I

REDUCAO DE DESPESA		ANEXO II		FL. 01 R\$ 1,00		
		ANEXO				
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA I DA I DESPESA	I FT I IRI	VALOR	IN.DOI IPROCI ICOP	I
7100	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I I I	I I I		I I I	I I I
7130	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	I I	I I		I I	I I
2380	CONSERVACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL	I I	I I		I I	I I
		4490.52	00 ILI	51.400	10264	I
		T O T A L		51.400		I

MENSAGEM Nº 035/97

ANTEPROJETO DE LEI

Curitiba, 19 de junho de 1997.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$6.891.315,00 (seis milhões, oitocentos e noventa e um mil, trezentos e quinze reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual de Ponta Grossa, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, visando atender despesas correntes e despesas de capital.

Esclareço também, que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro, apurado no exercício de 1996.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 6.891.315,00 (seis milhões, oitocentos e noventa e um mil, trezentos e quinze reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro, apurado no exercício de 1996.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o Programa de Obras da Universidade Estadual de Londrina, conforme Anexo III desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRESCIMO DAS OBRAS		ANEXO III		FL. 02 R\$ 1,00	
ANEXO					
CODIGO	ESPECIFICACAO	I	FT	VALOR	IPROCI
7100	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I	I		
7130	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM -	I	I		
	DER	I	I		
2380	CONSERVACAO DO SISTEMA RODOVIARIO	I	I		
	ESTADUAL	I	I		
0002	PAVIMENTAR ACESSO RODOVIARIO ENTRE A	I	I		
	USINA DE ALCOOL JUNQUEIRA E O DISTRITO	I	I		
	DE ALTO ALEGRE	I	00	51.400	10264
TOTAL		I	T	51.400	
		I	O		

SUPLEMENTACAO DE DESPESA ANEXO		A N E X O I		FL. 01 R\$ 1.00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL IFTI IRI	VALOR	IN.DOC PROC COP
4500	ISECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, I	I	I I I		I I
I	ITECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
4530	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	I	I I I		I I
I	I- UEL	I	I I I		I I
2193	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I		I I
I	IENSINO SUPERIOR NA UEL	I	3350.301591LI	16.500	101751
I	I	I	3350.331591LI	33.000	101751
I	I	I	3350.391591LI	280.500	101751
I	I	I	3390.301591LI	57.600	101751
I	I	I	3390.301651LI	117.553	101751
I	I	I	3390.301671LI	50.753	101751
I	I	I	3390.331591LI	9.173	101751
I	I	I	3390.331651LI	32.852	101751
I	I	I	3390.331671LI	44.157	101751
I	I	I	3390.361591LI	229.730	101751
I	I	I	3390.361651LI	62.162	101751
I	I	I	3390.361671LI	51.823	101751
I	I	I	3390.391591LI	544.280	101751
I	I	I	3390.391651LI	95.897	101751
I	I	I	3390.391671LI	130.158	101751
I	I	I	4450.521671LI	55.000	101751
I	I	I	4490.511591LI	1.253.623	101751
I	I	I	4490.511651LI	127.000	101751
I	I	I	4490.521591LI	689.870	101751
I	I	I	4490.521651LI	466.531	101751
I	I	I	4490.521671LI	186.021	101751
2194	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I		I I
I	IHOSPITAL DAS CLINICAS E	I	I I I		I I
I	IUNIVERSITARIO REGIONAL DO NORTE	I	I I I		I I
I	IDO PARANA	I	4490.521591LI	870.610	101751
4531	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA	I	I I I		I I
I	IGROSSA - UEPG	I	I I I		I I
2195	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DOS	I	I I I		I I
I	IENSINO MEDIO E SUPERIOR NA UEPG	I	3390.301591LI	700.000	101751
I	I	I	3390.391591LI	780.31	101751
T O T A L				6.891.021	

* * * TABELAS PÁGS. 20 E 21 * * *

ACRESCIMO DA RECEITA ANEXO		A N E X O I I		FL. 02 R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	I	FI	VALOR	IPROCU
	1SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, 1TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	1	1		1
	1UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - 1UEL	1	1		1
1990.05.59	1SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES- 1DIRETAMENTE ARRECADADOS	1	59	3.981.886	101751
1990.05.65	1SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES - 1CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	1	65	901.995	101751
1990.05.67	1SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES - 1CONVENIOS COM O EXTERIOR	1	67	523.917	101751
	1UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA 1- UEPG	1	1		1
1990.05.59	1SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES- 1DIRETAMENTE ARRECADADOS	1	59	1.480.517	101751
T O T A L		1		6.891.3151	

SUPLEMENTACAO DAS OBRAS ANEXO		A N E X O I I I		FL. 03 R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	I	FI	VALOR	IPROCU
4500	1SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, 1TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	1	1		1
4530	1UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - 1UEL	1	1		1
2193	1ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO 1SUPERIOR NA UEL	1	1		1
0005	1CONSTRUIR LABORATORIOS E ESCRITORIOS 1DE DOCENTES CENTRO DE CIENCIAS	1	1		1
	1EXATAS - CCE (A)	1	59	280.000	101751
0007	1CONSTRUIR LABORATORIOS E ESCRITORIOS 1DE DOCENTES CENTRO DE CIENCIAS	1	1		1
	1BIOLOGICAS - CCB (A)	1	59	325.493	101751
0009	1CONSTRUIR SALAS DE AULA/ADMINISTRACAO 1- CENTRO DE LETRAS CIENCIAS	1	1		1
	1HUMANAS - CLCH (A)	1	59	648.130	101751
0022	1CONSTRUIR ALMOXARIFADO PARA ESTOQUE DE 1MATERIA-PRIMA	1	65	69.900	101751
0023	1CONSTRUIR ALMOXARIFADO DE MEDICAMENTOS 1LIQUIDOS	1	65	57.100	101751
T O T A L		1	1	01	
		1	0	1.380.6231	

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/086, 087, 088, 089 e 090/97, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

119/97: Do Poder Executivo, que autoriza a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, a adquirir a Companhia Força e Luz Coronel Vivida - FORCEL, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.739. **Anote-se - Arquite-se.**

118/97: Do Poder Executivo, que acresce alínea ao parágrafo único do art. 9º, da Lei nº 1384/53, dispondo sobre o desenvolvimento de atividades da COPEL, nas áreas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.740. **Anote-se - Arquite-se.**

116/97: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a instituir uma agência de desenvolvimento vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, denominada de Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A., e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.741. **Anote-se - Arquite-se.**

117/97: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a constituir uma empresa vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, sob a forma de sociedade por ações, denominada Paraná Desenvolvimento S.A., na forma que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.742. **Anote-se - Arquite-se.**

202/97: Do Poder Executivo, que aprova ajuste orçamentário no valor de R\$ 9.032.564,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.743. **Anote-se - Arquite-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1517

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 296/97, relativo à Mensagem nº 026/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1518

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 294/97, relativo à Mensagem nº 023/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1519

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 297/97, relativo à Mensagem nº 035/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1520

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 295/97, relativo à Mensagem nº 024/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1523-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias após as Sessões Ordinárias, até o dia 30 (trinta) do corrente mês.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1504

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Abrão Ajuz Neto, na Cidade de Ponta Grossa, neste Estado.

Requer ainda, que do teor do presente dê-se ciência à família do extinto.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O extinto pertencia a tradicional família pontagrossense, era empresário e Juiz Classista Patronal na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Ponta Grossa.

Seu passamento abriu uma irreparável lacuna no seio da família e dos amigos.

Este Deputado propõe que esta Assembléia Legislativa se solidarize com a família enlutada, pela grande perda.

REQUERIMENTO Nº 1505

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sargento da PM Waldemar Teodoro, no cumprimento do dever, na Cidade de Ponta Grossa, neste Estado.

Requer, ainda, que do teor do presente dê-se ciência à família do extinto, e ao Comando da Polícia Militar em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O extinto era Sargento da Polícia Militar, esportista e formado em Geografia pela UEPG, onde foi aluno deste Parlamentar.

Era pessoa extremamente dedicada à sua atividade, e muito benquisto por toda a comunidade.

Seu passamento abriu uma irreparável lacuna no seio da família, dos colegas e dos amigos.

Este Deputado propõe que esta Assembléia Legislativa se solidarize com a família enlutada, pela grande perda.

REQUERIMENTO Nº 1511

Senhor Presidente.

O Deputado que este subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção em ata dos trabalhos desta Sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Paulo Roberto Rego Barros Biscaia, ocorrido no último dia 18, em nossa Capital.

Paulo Biscaia, descendente de tradicional família paranaense, foi um ilustre advogado comercialista, que prestou destacados serviços à economia estadual como executivo e Diretor Jurídico de empresas de construção civil, além de ter se notabilizado na vida social e representativa de nossa terra.

Solicita o requerente, por último, que da manifestação da Casa seja dado conhecimento à família do ilustre morto, para memória de seus feitos e homenagem dos seus contemporâneos, a

um dos filhos mais ilustres desta terra.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1512

Senhor Presidente.

O Deputado que este subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção em ata dos trabalhos desta Sessão de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Luiz Silva e Albuquerque, ocorrido no último dia 18, em nossa Capital.

O Dr. Luiz Silva e Albuquerque, desempenhou brilhante carreira na magistratura paranaense, chegando ao cargo de desembargador. Falecido aos 91 anos de idade, era oriundo do Nordeste, cuja origem remonta ao ciclo da colonização brasileira. Chegando ao Paraná, aqui constituiu família e desenvolveu uma carreira voltada para a magistratura e as letras, tendo se preocupado amplamente com a criança e o adolescente, culminando tal dedicação com a liderança da União dos Escoteiros do Brasil.

Solicita o requerente, por último, que da manifestação da Casa seja dado conhecimento à família do ilustre morto, para memória de seus feitos e homenagem dos seus contemporâneos a um dos mais ilustres construtores do tecido social da história contemporânea desta terra.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1500

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Sr. Aristides Menck, alusivos a posse na presidência do Rotary Club de Arapongas, no último dia 14 de junho do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Perdizes, nº 1073, CEP 86701-420, Município de Arapongas - Paraná.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1501

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Prefeitura Municipal e à Secretaria de Esportes de Ponta Gros-

sa, à Superintendência do Banco do Brasil no Paraná, bem como à gerência regional da referida instituição financeira em Ponta Grossa, e à Distribuidora de Bebidas Degraf Ltda., pela soma de esforços no sentido de promover e patrocinar a XIII edição dos Jogos Estudantis Municipais - JEM.

Cerca de 72 escolas devem participar da competição, reunindo 5 mil jovens, em cinco faixas etárias, contemplando os estudantes de 1º e 2º graus, das redes municipal, estadual, federal e particular de Ponta Grossa.

A cada edição dos Jogos Estudantis Municipais, os estudantes têm a possibilidade de realizar intercâmbio esportivo, cultural, além de realizarem novos laços de amizade.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Prefeito e ao Secretário de Esportes de Ponta Grossa, Jocelito Canto e Fauzi Azis Chagury, respectivamente; ao Superintendente Estadual e ao Gerente Regional do Banco do Brasil em Ponta Grossa e ao Diretor da Distribuidora de Bebidas Degraf Ltda..

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1502

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Prefeito Municipal, aos Vereadores, aos Presidentes de Cooperativas, aos agricultores e a todos que ajudaram na elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Cândido de Abreu.

A elaboração do plano foi possível através da união e do esforço de vários órgãos e entidades estaduais e municipais, bem como setores da iniciativa privada, meios de comunicação, professores, entidades religiosas, instituições financeiras, sindicatos, comunidade indígena e rural que desenvolveram de forma detalhada o perfil da agropecuária, da educação e da saúde do município.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Prefeito Richard Golba, à Câmara Municipal, em nome do Presidente e demais Vereadores, aos agricultores e a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a conclusão do projeto; à Av. Paraná, 03, em Cândido de Abreu - PR.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1503

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Irmandade de Alcoólicos Anônimos Mundial - AA, pela comemoração de seus 62 anos de fundação.

O trabalho realizado pelos Alcoólicos Anônimos é de suma importância para a recuperação do caráter pessoal e da reestruturação familiar, através do amparo que é dispensado aos dependentes alcoólicos, que na sua maioria, após fazerem parte deste grupo, abandonam o vício.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Alcoólicos Anônimos de Ponta Grossa, em nome dos onze grupos existentes naquele município, sito à Rua Comendador Miró, 1154 - Caixa Postal 213 - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1514

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, REQUER, votos de congratulações ao estudante do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET, Sandro Scholze, pela conquista do segundo lugar no XIV Prêmio Jovem Cientista - categoria "Estudante", com o projeto de um estimulador elétrico neuromuscular de dois canais sincronizados, recebido no dia 16 próximo passado.

O desenvolvimento do estimulador elétrico neuromuscular de dois canais sincronizados já foi testado em pacientes hemiplégicos (portadores de paralisia em um dos lados do corpo), obtendo resultado satisfatório de desenvolvimento.

O Estado do Paraná está ainda mais orgulhoso de seus estudantes, que através de Sandro Scholze, conseguiu destacar-se na referida premiação, que é considerado um dos mais importantes prêmios da América Latina.

Requer ainda que seja dada ciência, através de correspondência a ser enviada ao Centro Federal de Ensino Tecnológico do Paraná - CEFET, aos cuidados do estudante Sandro Scholze, à Avenida Sete de Setembro, 3165 - Centro - CEP 80050-100 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 23.06.97

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 1515

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, REQUER, votos de congratulações ao Médico Bioengenheiro, Professor Josué Bruginski de Paula, pela conquista do 1º lugar no XIV Prêmio Jovem Cientista - "Novos equipamentos, aparelhos e utensílios para portadores de deficiências", recebido no dia 16 próximo passado.

O desenvolvimento do oclutor ativo implantável para colostomias, é uma conquista na área médica, que atenderá, em um futuro próximo, as pessoas que foram submetidas a operação de colostomia.

O Estado do Paraná está ainda mais orgulhoso de seus profissionais, que através do Professor Josué Bruginski de Paula, destacou-se na referida premiação, que é considerado um dos mais importantes prêmios da América Latina.

Requer ainda, que seja dada ciência, através de correspondência a ser enviada à Pontifícia Universidade Católica, aos cuidados do Professor Josué Bruginski de Paula, Médico Bioengenheiro, à Rua Imaculada Conceição, 1155 - Prado Velho - CEP 81611-970 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 1497

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da Sra. Valda Elvira Vieira, moradora da Rua A, casa 55, Vila Sibisa - Fazendinha, a qual solicita a implantação do serviço de entrega de correspondências domiciliares nessa vila. Afirma-nos que essa vila já existe há cinco anos, é beneficiada com rede de água e energia elétrica, faltando somente o serviço do Correio, o qual está fazendo muita falta para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1498

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de agilizar o pedido

protocolado nessa municipalidade pelo Sr. Luiz Kowalski, referente a implantação de uma lombada na Travessa Brasília (conforme cópia anexa), em frente a casa nº 100, nas proximidades do Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná, no Bairro São Roque, e outra antes do tope do campo de futebol, devido a alta velocidade desenvolvida pelos veículos. O local necessita de uma melhor segurança, uma vez que muitas pessoas por ali trafegam.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1499

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Travessa Cavalcanti e proximidades - Bairro do Campo Comprido, devido aos assaltos que vêm ocorrendo diariamente. Os moradores dessa rua encontram-se muito apreensivos. À noite não podem sair de casa, devido a falta de segurança. Pedem urgência no atendimento do presente, procurando-se desta forma evitar algum acontecimento mais grave. A presença de policiais nesse local, com certeza inibirá a ação dos assaltantes.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1506

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências para a construção de acostamento na PR-153, do Município de Rebouças à União da Vitória.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências para a construção de acostamento na PR-153, do Trevo de Riozinho até o Posto Aquário, no Município de Rebouças, neste Estado.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1508

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de equipamentos como Respirador Tipo Bird-Mark-7 e Desfibrilador com Monitor Cardíaco (para bateria), para a implantação de serviço de UTI Móvel no Município de Araruna.

Em toda a região de Campo Mourão não existe nenhum serviço de UTI Móvel, o que gera grande dificuldade quando há necessidade de remover pacientes graves para centros maiores.

A Secretaria Municipal de Saúde de Araruna possui uma ambulância que pode perfeitamente servir para esta finalidade, desde que sejam incorporados os equipamentos solicitados acima.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Lubomir Antonio Ficinski Dunin, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a construção de Mini Terminal Rodoviário no Município de Fernandes Pinheiro.

Trata-se de município novo, recém criado, sem infra-estrutura suficiente para atender a população, estando em sua primeira administração, necessita de um carinho especial por parte do Governo estadual.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de equipamentos de informática para o Centro Municipal de Saúde - CMS, do Município de Araruna.

O objetivo é aprimorar o serviço de controle e avaliação da saúde pública.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Bueno de Souza, Presidente do Conselho da Justiça Federal e aos Exmos. Srs. Juizes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, manifestando apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, à criação do Tribunal Regional Federal no Estado do Paraná.

Que a presente iniciativa seja encaminhada aos membros da Comissão Pró-Criação do Tribunal Regional Federal no Estado do Paraná e ao Procurador Chefe da Procuradoria da República no Paraná.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O Paraná, há muito tempo oferece condições para sediar um Tribunal Regional Federal, nada justificando continuar sob a jurisdição do Tribunal Federal a que ora se subordina, a 4ª Região, em Porto Alegre.

O desmembramento do TRF/4ª, com a criação do TRF no Paraná, é acima de tudo uma questão de respeito aos milhares de cidadãos dos três Estados do Sul: paranaenses, catarinenses e gaúchos - que, hoje, têm seu acesso efetivo à Justiça enormemente dificultado, pela morosidade que o desnecessário acúmulo de processos numa única corte provoca.

O estrangulamento da Justiça Federal de segunda instância, no Sul do País, salta como realidade incontestada das próximas estatísticas do TRF/4ª. No último dia do ano de 1996, tramitavam nesse Tribunal exatos 116.522 processos, quase um terço deles oriundos do Paraná. E esse número cresce mês a mês. Dos 25.766 processos sentenciados pela Justiça Federal no Paraná, em 1996, nada menos que 10.680 processos - ou 41% do total - foram remetidos ao TRF/4ª em grau de recurso.

Essa situação ainda guarda uma gritante contradição com os esforços do Judiciário de estender os serviços da Justiça Federal de primeira instância a parcela maior da população, com a instalação de maior número de varas nas capitais e criação de outras em cidades médias dos Estados. Ou seja, enquanto a Justiça Federal amplia a sua base de atendimento, ciente de que a prestação jurisdicional dignifica e valoriza a cidadania e a democracia, mais e mais estreito torna-se o garga-

lo do TRF, pelo conseqüente acúmulo de processos.

Criar novas turmas no TRF/4ª não é, também, a melhor solução, nem a mais lógica. Pois permaneceria o entrave dos altos custos provocados pela distância que separa os paranaenses de Porto Alegre, o que obriga a contratação de advogados nessa cidade ou onerosos deslocamentos dos profissionais à capital gaúcha para acompanhamento dos processos.

Sob todos os ângulos que se analisa a questão, o desmembramento do TRF/4ª, com a criação de um TRF no Paraná, é a solução mais lógica e justa. O exercício da cidadania não pode prescindir do acesso efetivo à Justiça. E certamente se prestará melhor justiça com um Tribunal Regional Federal no Paraná. Os paranaenses confiam, e saberão ser reconhecidos e gratos. Não faltará aos ilustres magistrados do TRF/4ª a sensibilidade e o apoio necessário a esse pleito.

REQUERIMENTO Nº 1522

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de correspondência aos Exmos. Srs. Juizes do TRF - 4ª Região, solicitando a instalação do Tribunal Regional Federal, com sede em Curitiba e Jurisdição sobre o Paraná e, eventualmente, em outro Estado vizinho - Santa Catarina ou Rio Grande do Sul.

Atualmente o Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF 4, concentra-se em Porto Alegre/RS, todos os processos de Justiça Federal de segunda instância, oriundos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Seu desmembramento em pelo menos dois, é de fundamental importância para a população destes três Estados - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, evitando desta forma o acúmulo de processos.

A sociedade paranaense clama por esta conquista e espera das autoridades federais uma resposta imediata no sentido de viabilizar a criação do 4º Tribunal Regional Federal.

Requer ainda que seja dado ciência, através de cópia desta correspondência, a todos os juizes que compõem o TRF - 4ª Região, de acordo com o documento em anexo, sito à Rua Mostardeiro, nº 483 - 90430-001 - Porto Alegre / RS.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 1523

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, REQUER, envio de correspondência ao Exmo. Sr. Giovanni Gionedis - DD. Secretário de Estado da Fazenda, solicitando parcelamento mais adequado dos valores de ICMS vencidos das micro e pequenas empresas deste Estado, englobando toda a dívida vencida em um único acerto com prazos compatíveis (mais longos) de maneira a proporcionar que os micro e pequenos empresários possam continuar suas atividades comerciais e industriais, permitindo-lhes maior fôlego financeiro, incentivando desta forma a economia paranaense.

Atualmente, os prazos concedidos pela SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda, não estão sendo suficientemente adequados, acarretando cobranças pela via judicial, o que encarecem sobremaneira os custos para as empresas (multas, honorários, custos de fórum, entre outros).

Os micro e pequenos empresários deste Estado, clamam por medidas que possam colaborar para o fortalecimento de seu negócio.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 298/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural Esportiva de Londrina - ACEL, com sede e foro na Cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) JULIO ANDO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública é uma associação que objetiva a promoção nos setores de educação, cultura, esporte, amparo social e atividades recreativas. Portanto, sua finalidade é de grande alcance social, beneficiando a todos os cidadãos londrinenses, já que abre suas portas sem qualquer discriminação.

Observamos também, que a documentação que instrui o projeto correspondente ao que dita a Lei nº 6994, com

as alterações da Lei nº 8589, que contém as normas para declaração de Utilidade Pública.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 299/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os municípios com área desmembrada para a criação de novos, poderão prorrogar por 04 (quatro) anos o pagamento de parcelas e débitos a título de amortização, correção e/ou juros de empréstimos contraídos através do PRAM, PEDU, FDU, Paraná-Urbano, Pró-Rural e outros programas financiados pelo Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Para os efeitos do "caput" deste artigo, somente poderão se credenciar os municípios com área desmembrada a partir de 1996.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente projeto de lei é proporcionar aos municípios que tiveram áreas desmembradas para formação de novos, um prazo de 04 (quatro) anos para que possam equilibrar as suas contas e a partir daí voltarem a cumprir seus compromissos com os programas governamentais de onde contraíram empréstimos.

Justifica-se tal medida, uma vez que, com a criação de novos municípios, os municípios-mães, além de perderem parte de suas áreas, perderam também a arrecadação, como é o caso da redução do índice do FPM e ICMS.

Citamos aqui um exemplo concreto e que vem ocorrendo com o Município de Medianeira.

Medianeira teve parte de sua área desmembrada para emancipar o Município de Missal. Com isso, perdeu parte significativa de sua área produtiva e direito aos royalties do Lago de Itaipu, correspondendo ao mês de fevereiro de 1997 ao montante de R\$ 207.009,00. Agora, a partir de janeiro de 1997, com a instalação do município de Serranópolis do Iguaçu, também desmembrado de Medianeira, o município-mãe perdeu 70% (setenta por cento) da área agricultável e mais de 50% (cinquenta por cento) de sua receita.

Cabe ressaltar que no caso do Município de Medianeira, os encargos educacionais, de saúde, de transporte,

ação social, agricultura, e outros serviços existentes, permanecem sob a responsabilidade de Medianeira.

A dívida flutuante - restos a pagar, contas a pagar (fornecedores), débitos da tesouraria, folha de pagamento de dezembro, encargos sociais, ações trabalhistas no valor de R\$ 2.685.229,11 (dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, duzentos e vinte e nove reais e onze centavos), ficaram para ser liquidados pelo Município de Medianeira.

A carga de funcionários (50 funcionários foram para o novo município e 900 ficaram em Medianeira), gerando desta forma uma folha de pagamento de aproximadamente R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) mensais, mais os encargos que dela originam.

Com os novos índices de arrecadação publicados, utilizou-se os critérios determinados na legislação em vigor, acarretando a Medianeira uma perda de aproximadamente 50% (cinquenta por cento) dos recursos do ICMS a que tinha direito e igualmente de outros recursos estaduais que são transferidos para os municípios. Neste caso, em maio de 1997, Medianeira recebe R\$ 178.561,89, e Serranópolis do Iguaçu, R\$ 179.287,44.

Ainda com os desmembramento sofrido, Medianeira também perdeu consideravelmente recursos federais, principalmente o Fundo de Participação dos Municípios, na ordem de 0,6 de seu coeficiente, originando em reais, no mês de maio de 1997, para o Município de Medianeira, R\$ 222.302,42 e R\$ 79.226,45 para o município recém-criado.

Mensalmente, nas despesas com manutenção dos serviços anteriormente criados (pessoal civil, materiais de consumo para manutenção e serviços para terceiros e encargos sociais é dispendido mais de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), enquanto que os recursos do ICMS somam mensalmente uma média de R\$ 177.000,00 (cento e setenta e sete mil reais) e do Fundo de Participação dos Municípios, R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), totalizando apenas R\$ 367.000,00 (trezentos e sessenta e sete mil reais).

Diante da redução da receita que ocorre com os municípios que cedem área para criação de novos, surgindo em consequência sérios problemas financeiros, como é o caso de Medianeira, entendemos que o Estado poderia colaborar, na medida em que prorrogue por 04 (quatro) anos as parcelas de empréstimos contraídos através do Go-

verno do Estado, como PRAM, PEDU, FDU, Paraná-Urbano, Pró-Rural e outros, por esses municípios, dando dessa forma condições para que equilibrem suas contas e possam continuar satisfazendo seus débitos sem prejudicar programas desenvolvidos por estes, em favor de seus municípios.

PROJETO DE LEI Nº 300/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Serviço Social da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná, SECONCI/PR, no Município de Curitiba, inscrito no CGC/MF sob nº 68.571.934/0001-17.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Serviço que ora pretende declarar-se de Utilidade Pública, tem por objetivos básicos, a prestação de serviços sociais e em particular, assistência médico-ambulatorial e odontológico aos integrantes das categorias patronal e laboral da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná.

Por estas e outras razões que só enaltecem o papel do SECONCI/PR perante a sociedade, foi declarada de Utilidade Pública em âmbito municipal, através da Lei nº 8669, de 04 de abril de 1995.

Por estar de acordo com as Leis Estaduais nºs 8589 e 6994, que estabelecem as normas para declaração de Utilidade Pública, esperamos o apoio dos nobres Deputados para aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Finda a leitura do Expediente, passamos ao Pequeno Expediente.

Não havendo oradores inscritos, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o Deputado Nelson Tureck.

Tendo declinado, passamos ao Horário das Lideranças.

No horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Embora há de se reconhecer o baixo quórum aqui neste início de tarde, mas queria, Sr. Presidente e Srs. De-

putados, registrar desta tribuna o manifesto que foi lançado pelo Senador Roberto Requião na manhã de hoje, quando do lançamento do escritório que a Bancada Estadual do PMDB fez para abrigar todos aqueles companheiros que, indistintamente de partido político, crêem que o Senador Requião é a melhor opção que temos para as eleições do ano que vem.

É o escritório para que não se pairem dúvidas, principalmente no momento que se questiona muito os atos de governantes e políticos, o escritório simples, na Rua Manoel Eufrásio, 1534, ele é bancada pela cotização que os Deputados Estaduais do PMDB, com assento nesta Casa, fazem mensalmente, e contribuem para poder tocar à frente escritório, que é um escritório de todos aqueles amigos do Requião que querem vê-lo novamente Governador. E esse escritório vai se dedicar fundamentalmente à discussão dos planos para o programa de governo que vamos apresentar para o ano de 98.

Queria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrar aqui o manifesto que leu o Senador Requião nesta manhã. Que tinha o seguinte título: "Jogo Limpo, Paraná".

"O Paraná vive hoje uma profunda crise administrativa e financeira. O crescimento industrial tão pujante em anos anteriores passa a ter números negativos. As despesas ultrapassam as receitas, e as ações da COPEL são vendidas para cobrir furos de caixa.

A folha de pagamento dos funcionários alcança em abril de 1997, 96% da receita líquidas disponível.

A crise é tão profunda que o Governo atual não está conseguindo utilizar cerca de 374 (trezentos e setenta e quatro) milhões de dólares disponíveis para a educação e investimentos sociais, por falta de contrapartida, e por isso paga pesadas multas.

Uma política irracional e suicida faz com que o fisco arroche os paranaenses e presenteie, com dinheiro vivo, multinacionais do automóvel.

O BANESTADO envolvido pela corrupção e irresponsabilidade tem sua sobrevivência ameaçada, enquanto isso despesas fantásticas em publicidade tentam iludir o cidadão e sonegar a opinião pública, o desastre que é esse Governo.

São Paulo, o Estado mais rico da Federação, gastou em 1996, 11 (onze) milhões de reais em propaganda. O nosso Paraná paga uma conta de 106 (cento e seis) milhões de reais, no mesmo período, para a mesma finalidade.

Jogo limpo, Paraná! Vamos fazer a crítica e propostas alternativas. A mentira não pode prevalecer. Sobre ela que se lance o anátema de Frei Damião: "Quem mente para o povo, vai para o inferno de cabeça para baixo".

Propostas para retomar a política de empregos e crescimento econômico do Paraná, Sr. Líder do Governo:

a) Redirecionar o dinheiro público. Dinheiro doado às multinacionais para empresas que gerem empregos, crescimento econômico e se distribuam harmonicamente por todo o território do nosso Estado, manter para as multinacionais apenas incentivos fiscais que estejam também disponíveis para todas as empresas paranaenses e brasileiras.

b) Sanar o BANESTADO, afastando os maus administradores, os incompetentes e os ladrões, para que o nosso banco volte a ser, novamente, um instrumento de desenvolvimento, como ocorreu ao longo da sua história.

c) Restabelecer o "Panela Cheia", tão bem sucedido programa de financiamento à agricultura, com a equivalência em milho.

d) Restabelecer o bom emprego, com financiamento subsidiado às empresas de pequeno e médio porte, que garantam a ampliação do mercado de trabalho. Mais empregos para os paranaenses.

e) Restabelecer o Programa "Casa da Família", ampliando de modo a estimular forte e positivamente a construção civil e a geração de empregos no setor.

f) Anular todas as maracutaías feitas com a FERROESTE e colocá-la a serviço dos agricultores e do desenvolvimento do Oeste e do Sudoeste do Estado.

g) Restabelecer a seriedade na administração e acabar com o superfaturamento na conservação e construção de pontes e rodovias. Licitações limpas e honestas, sem pontos negros.

h) Restabelecer a importância da educação, a transparência na utilização dos seus recursos, o respeito aos professores e auditar responsabilizando pelo desvio do dinheiro, os administradores dos projetos, apenas propagandistas de uso tão intenso pelo atual Governo.

i) Restabelecer as isenções para o pequeno e micro empresário da indústria, comércio e serviços. São eles, e não as multinacionais, que precisam de todo o apoio do Governo, são as pequenas e micro empresas que geram 75% dos empregos no Brasil. Não tem cabimento

arrochar os pequenos e presentear as multinacionais.

j) A insegurança dos paranaenses chegou ao limite do tolerável. Vamos restabelecer o Projeto POVO, com policiais lotados em cada bairro, sempre os mesmos, conhecidos pela população. Em cada bairro uma equipe com viatura, duas motos, todos equipados com telefone celular e comunicação por rádio, facilitando a comunicação com a população.

Clareza, transparência, seriedade e decência. Assim devem ser os Governos. Governos sérios não mantêm contratos secretos, nem investimentos de 106 milhões em propaganda. Para ser mais exato, R\$ 105.854.000,00 de dinheiro vivo gasto em propaganda pelo Governo do Estado do Paraná no ano passado. É a soma de mais alguma coisa do que foi gasto em 12 anos de governos do PMDB.

Com 100 milhões, alavancamos 1 bilhão para o Programa de Financiamento Agrícola, como o "Panela Cheia". Nossa preocupação com o desmonte da segurança pública é grande, mas o passo principal será sempre a retomada do desenvolvimento e do pleno emprego.

Jogo limpo, Paraná! Não é possível que as verbas de propaganda suplantem os investimentos na saúde do povo. É hora de restabelecer os rumos do nosso Estado. É hora de retomarmos o caminho antigo do crescimento, sem aventuras, sem o desequilíbrio econômico-financeiro, dando passos limitados pelas nossas pernas. A irresponsabilidade não poderá transformar o nosso Paraná num Estado de Alagoas. Não podemos viver de ilusão de um Governo que só existe nas telas de televisão, 106 milhões de reais em propaganda.

Jogo limpo, Paraná! Um jogo que o grupo que está no Governo não sabe jogar, nem em campo, nem na administração do nosso Estado. Jogo limpo!"

Programa básico de um Governo peemedebista.

Quem assina é o Senador da República, ex-Governador do Paraná: Roberto Requião.

Concedo, com muita honra, o aparte ao nobre Deputado Ademar Traiano, e na seqüência, ao nobre Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Ademar Traiano - Agradeço o aparte ao nobre Parlamentar, e ouvi com atenção as colocações de Vossa Excelência, e realmente, o que me parece, Deputado Romanelli, é que o resultado das últimas pesquisas que surgiram no Estado do Paraná, colocam

mais uma vez os nossos opositores neste ataque da crítica contumaz, contundente, demonstrando que realmente este é o estilo do Governo, que até então, estava instalado aqui no Paraná há dois anos e meio.

Quando Vossa Excelência se refere, vou especificamente me reportar a este assunto, porque Vossa Excelência coloca aqui como maracutaia as ações que aconteceram na FERROESTE. Tenho a dizer a Vossa Excelência que maracutaia, na verdade, aconteceu no Governo do PMDB.

Quando o Governador Jaime Lerner assumiu este Governo, recebemos uma FERROESTE inaugurada e pronta, com placa, inclusive, lá na Cidade de Cascavel, descerrada pelo então Governador Mário Pereira, de uma obra que o seu Governo, do Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, e depois do Governador Mário Pereira, entregaram ao Paraná como pronta. Maracutaia talvez seja isso. É esta a colocação apenas que gostaria de fazer, porque infelizmente o Governo Jaime Lerner teve que, durante estes dois anos, e logo no início do seu mandato, fazer com que 24 quilômetros de trilhos colocados pela administração do seu Governo, Roberto Requião e Mário Pereira, tivessem que ser recolocados novamente, porque a obra já estava considerada pronta e inaugurada. Isso talvez seja maracutaia.

Por isso, é muito importante a sua colocação, para que Vossa Excelência também e aqueles que nos atacam de uma forma contumaz, repensem naquilo que trazem à tona no noticiário paranaense.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Só queria fazer um pequeno comentário, que o Deputado Traiano, naturalmente se sentiu atingido, por ter sido diretor da FERROESTE, mas Deputado, o que é verdade é verdade, e não tem como esconder. Que fizeram uma baita de uma maracutaia na questão da FERROESTE, fizeram mesmo. Entregaram uma ferrovia que custou 300 milhões, dinheiro que foi...

(Discussões paralelas)

Vossas Excelências entregaram essa ferrovia que foi construída com sacrifício, entregaram para uma empresa explorar...

(Ausência de som)

...porque, por 26 milhões, um valor simbólico, se apropriaram de um patrimônio público do povo do Paraná.

Mas, felizmente, no dia 1º de janeiro de 99, recuperamos isto.

O SR. VALDIR ROSSONI - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Se não me falha a memória, este pronunciamento que Vossa Excelência fez da leitura, é o pronunciamento do Senador Requião?

(Assentimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli)

Para falar em seriedade, o Senador Requião, primeiro ele teria que esclarecer muitas dúvidas que a oposição da época, e que hoje temos no Senador Requião, primeiro ele teria que explicar ao povo paranaense como é que se elege com o caso Ferreirinha. Segundo, ele teria que vir...

(Discussões paralelas)

Gostaria também que o Senador Requião, que quer falar em seriedade, trouxesse explicações quanto a morte do Teixeira, aquele que foi jurado de morte pelo então Governador e que apareceu assassinado no interior do Estado do Paraná.

Também gostaria de que quem vem falar em seriedade aqui nesta Casa, explicasse para o Paraná a situação das ovelhas que quero criar uma CPI.

Também gostaria que o Senador Requião explicasse ao povo do Paraná a questão do super faturamento dos helicópteros, a questão das diárias frias.

Ora, me desculpe, ilustre Deputado Romanelli, se esse pronunciamento fosse assinado por Vossa Excelência, eu teria mais respeito, mas por este que quer transformar as suas inverdades em verdades, ele não é nem digno de resposta pela nossa parte.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Olha, Deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência faz aquilo que naturalmente o Governador espera de defendê-lo aqui nesta Casa, e o faz com brilhantismo.

Proponho também aqui a CPI da empadinha. A CPI da empadinha, Deputado Alborghetti, o Senhor vai descobrir o que é a CPI da empadinha.

Querida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, concluir dizendo que o dia de hoje foi muito significativo. Mas, na verdade, é o seguinte, o dia de hoje foi muito significativo, o número de lideranças, de prefeitos, de vice-prefeitos, vereadores, ex-vereadores, aliás, Deputado Nereu Moura, Deputado Caio Quintana, vi uma forte representação do Sudoeste hoje, na inauguração do nosso escritório, gente do Paraná

inteiro para cá vieram, prefeitos e ex-prefeitos de todos os partidos, Deputado Alborghetti. Vi lideranças do setor empresarial em grande número, setores representativos da nossa economia, porque o empresariado paranaense já está completamente desiludido deste Governo.

Chega de ter um Governo que só dá dinheiro para multinacional. É duro ver todas as empresas paranaenses ruírem. É duro ver a gente perder um Banco BAMERINDUS do Brasil, um patrimônio do povo paranaense, e o Governo ficar impassível, é duro ver a REFRIPAR ser vendida para uma multinacional e o ex-dirigente da REFRIPAR é consultor, agora, do Governador.

O Sr. Renato Adur - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Queria, Deputado Romanelli, reafirmar as palavras de Vossa Excelência, e gostaria, neste aparte, de dizer ao Deputado Rossoni, Líder do Governo, com todo o respeito que temos a ele, que ele foi Deputado por quatro anos no Governo anterior, e teve todos os momentos e os motivos para ingressar com CPI nesta Casa, porque aqui é uma Casa de Leis, e aberta a qualquer Parlamentar. Se não o fez, foi por omissão, e não adianta querer agora ressuscitar coisas do passado. Estamos discutindo o presente e estamos levantando coisas do presente.

Mas, o que queria falar, realmente, Deputado Romanelli, é que pudemos presenciar, hoje, um grande número de lideranças, na inauguração desta casa, e o objetivo principal desta, da existência desta casa na rua Manoel Eufrásio, casa dos grupos de oposição, na realidade é para fazer as críticas atuais ao Governo, mas também apresentar propostas e alternativas de desenvolvimento do nosso Estado do Paraná. Ali não é uma casa só de oposições, é uma casa de trabalho, uma casa em que todos estão convidados a participar, a discutir assuntos de interesse do Estado do Paraná. O objetivo principal deste escritório é auxiliar o Paraná, apresentando programas e propostas, e discutindo alternativas para o Estado do Paraná.

Era isso, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, só para concluir.

Queria registrar aqui apenas um assunto da maior importância, que pretendo ainda esta semana, se Vossas Excelências me aturarem, voltar aqui a

esta tribuna, mas que se trata, na verdade, de uma empresa paranaense, a Biofil Produtos Biotecnológicos S/A, que é uma empresa que tem tecnologia de ponta e que precisa apenas de 5 milhões de reais para desenvolver, aqui no Paraná, a ampliação da sua produção. Eles que desenvolveram aquela tecnologia para os queimados, é uma tecnologia que os canadenses querem levar para o seu país, que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul quer levar para o Rio Grande do Sul, mas que na expressão do diretor desta empresa, o Luiz Fernando Farah, que é diretor da Biofil Produtos Biotecnológicos, ele diz pessoalmente, Sr. presidente, o Governador Jaime Lerner dizia, em campanha, que ia incentivar a tecnologia de ponta, mas parece que o discurso não vale para o empresário paranaense.

Infelizmente, chegamos à conclusão de que o Paraná não precisa de tecnologia de ponta. Há 18 meses estamos tentando sensibilizar o Governo. Somos bem recebidos, mas apenas isso. Nada de concreto. Nenhuma palavra, nenhum compromisso.

Então, Sr. Presidente, quero voltar à tribuna desta Casa. Quero agradecer a Vossa Excelência, e fazer o registro da inauguração do escritório, e fundamentalmente, a tolerância de Vossa Excelência com este orador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Queremos anunciar a presença no nosso meio de dois ilustres Deputados Federais, representantes deste nosso querido Estado, na Câmara Federal, Deputado José Janene, que nos honra com a sua presença, bem como o ex-Prefeito de Maringá, Deputado Federal, Ricardo Barros. Ambos do PPB, partido este que realmente tem na pessoa do ilustre líder, Augustinho Zucchi, e os demais componentes desta bancada, o maior respeito e entrosamento nesta Casa.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, quero registrar a presença do Prefeito de Matinhos, o nosso querido Chiquinho, que veio apoiar o projeto do item 09, do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito nas localidades de Prainha e Cabaraquá, para que a população decida sobre a sua incorporação ao Município de Matinhos, ou não. Ele e seus assessores estão presentes nesta Assembléia.

Nosso abraço, e sejam bem vindos. E, quero dizer, que apóio este projeto na sua totalidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado e associado pela Mesa Executiva, a presença dos ilustres visitantes.

No Horário das Lideranças, o PT fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni, por três minutos.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, obrigado pela deferência de me conceder este breve espaço, mas é para simplesmente relatar aos Srs. Deputados, e chamar a atenção do Poder Legislativo. Desculpem-me a expressão, de chamar a atenção, é no sentido de que possamos nos ocupar novamente com esta matéria, que já foi objeto de discussão, aqui na Assembléia Legislativa, em relação a algumas denúncias ao Banco do Estado do Paraná.

Agora, no sábado, o Jornal do Estado, e neste Jornal do Estado, traz nesta segunda-feira, o relato de duas questões: uma auditoria feita pelo Banco do Estado do Paraná, com a entrevista de seu Presidente, Dr. Manoel Garcia Cid. E outra da investigação que está sendo proferida pelo Ministério Público do Estado.

As notícias são as piores possíveis, Srs. Deputados. Em relação às denúncias vinculadas há questão de três meses e meio atrás, relativos aos problemas oriundos da BANESTADO Leasing, a auditoria comprova, através de extratos bancários, a participação de três funcionários do Banco do Estado do Paraná e um empresário da Cidade de Curitiba, no processo de intermediação de verbas.

Segundo o Presidente da BANESTADO Leasing, pode chegar a 57 milhões o total de verbas, que foram intermediadas, e que passou pela mão destes três funcionários.

Os levantamentos preliminares, por comprovação por causa da quebra de sigilo bancário na conta do Citibank, do funcionário chamado Luiz Antonio, e do funcionário Edi, um gerente da Leasing, e o outro, operador da Leasing, demonstram que as propinas recebidas por estes dois funcionários - veja Deputado Caio Quintana, 1 milhão 441 mil. E 1 milhão 441 mil, também em relação ao empresário Elzir Baggio, que teriam auferido em função de intermediação e liberação de contratos na BANESTADO Leasing.

Dos contratos que foram analisados, perto de 40%, segundo o Presidente do Banco do Estado, 40% estão inadimplentes, alguns em atraso há mais de 280 dias. Contratos estes que foram firmados na gestão do atual Secretário do Esporte e Turismo, que compareceu a esta Casa, no ano de 95/96, sendo que muitos destes contratos obtiveram re-financiamento, sem sequer terem sido quitados e as suas garantias terem sido fortalecidas na BANESTADO Leasing.

Basta lembrar que o balanço desta empresa, do Banco do Estado, fez com que, no último ano, apresentasse um balanço negativo de 71 milhões de reais, no ano de 96. O balanço trimestral do ano de 97, que não está publicado, porque é um balanço interno do Banco, já comprova uma inadimplência de 22 milhões. 71 mais 22 milhões, quase chegamos à casa dos 100 milhões de contratos que foram feitos pela Leasing, neste período, contratos irregulares, contratos que estão comprovados através da investigação interna do BANESTADO, e da investigação que está sendo conduzida pelo Ministério Público, que só está aguardando a remessa dos documentos para o Ministério Público para poder inquirir, fazer as diligências e abrir o processo cabível contra os funcionários do Banco do Estado e os seus responsáveis.

Também contra o Sr. Euzir Baggio, que era o homem que agenciava, e já tem a comprovação das contas, dos cheques depositados no nome dele, na agência do Citybank, em Curitiba.

Veja bem, Deputado Horácio Rodrigues, no mesmo dia que na conta do Sr. Euzir Baggio, que uma determinada firma, dois dias antes tinha recebido um contrato de 3 milhões de reais da BANESTADO Leasing, dois dias após este Sr. Euzir Baggio recebeu um cheque nominal a ele, desta empresa. No mesmo dia o Sr. Euzir Baggio passava, através de doc interno da agência, isso está comprovado no extrato bancário, passava um percentual daquilo que ele recebia, para dois funcionários do Banco do Estado do Paraná, que trabalhavam na Leasing.

Então, aquelas notícias anônimas, aquela suspeita de que havia muita irregularidade na BANESTADO Leasing, agora, de uma forma muito mais definitiva, de uma forma mais cristalina, mais clara, está sendo comprovado nesta gestão de 95/96.

Relato isso porque foi o que suscitou uma polêmica da necessidade da instalação de uma CPI para averiguar as questões relativas ao Banco do Es-

tado do Paraná, sobre duas questões: o Banco do Estado em relação à Leasing, e a compra de títulos de Alagoas e Pernambuco, por parte da Corretora do Banco do Estado do Paraná, que somam 253 milhões de reais.

Quero dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados que o atual Presidente do Banco do Estado do Paraná, o Sr. Manuel Garcia Cid, tem dito, através da imprensa que irá investigar e apurar todas as denúncias em função do relatório, que a auditoria interna do Banco lhe apresentou, incriminando, com provas, e demonstrando que uma quadrilha foi montada numa empresa importante do Estado do Paraná.

Acho que seria de bom alvitre que amanhã, tenho a intenção de apresentar este requerimento, de que o Presidente do Banco do Estado do Paraná, como é uma empresa importante para o Estado e como a Assembléia Legislativa tem se debruçado no sentido de procurar fiscalizar e moralizar esta administração, que o Presidente do Banco do Estado seja convidado a comparecer a este Plenário, para proceder as informações de quais as providências estão sendo tomadas e encaminhadas, e quais as irregularidades que foram identificadas pelo processo de auditoria interna, que já está concluso.

Concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Só para colocar, Deputado Vanhoni, que os fatos agora levantados e constatados foram alvo de perguntas e discussões naquela reunião secreta da Assembléia, e fomos acusados de precipitados, inconseqüentes, por levantarmos esses dados.

E mais uma coisa, o atual Presidente do BANESTADO, que quando as assinaturas de Deputados tentaram interferir em diretores do Banco, dizem em alto e bom som que a Assembléia manda na Assembléia; no Banco manda ele, e espero que ele mande realmente apurar até o final, para constatar a veracidade daquilo que se denunciava naquela sessão secreta aqui na Assembléia, e que agora, pelo próprio Banco, está sendo comprovado.

O Sr. Renato Adur - Acho muito oportuno a intervenção de Vossa Excelência, Deputado Vanhoni, e gostaria só de complementar suas explicações, fazendo um único registro: o Banco do Estado do Paraná, o banco comercial que é o banco que temos que defender, é o único banco 100% paranaense, e que

tem que ter o apoio de todas as entidades, de todos os segmentos do Estado. Esse mesmo banco comercial, por uma negligência administrativa da Leasing, vem sendo comprometido nas suas finanças, tendo que repor, caução a Leasing com empréstimos, com reforço, com suplementação a cada dois ou três meses.

Então, isso está se constatando no dia-a-dia. É a quarta ou quinta vez já que o banco comercial reforça a Leasing, tem que injetar dinheiro bom para bancar o cumprimento das debêntures emitidas e financiadas com empréstimos podres, vamos dizer assim, que estão complicando e comprometendo toda a Leasing, e conseqüentemente comprometendo o banco comercial. É uma gri-taria geral dos funcionários do BANESTADO, naqueles da diretoria consciente do Banco do Estado do Paraná, de que há a necessidade urgente de uma investigação na Leasing por parte da direção, sob pena da Leasing vir a comprometer o banco comercial.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Basta lembrar que o patrimônio líquido do Banco é hoje estimado em 450 milhões. Só a Leasing pode estar dando prejuízo recente para o Banco do Estado do Paraná, na proporção de perto de 100 milhões de reais, o que compromete profundamente o Banco, sem levar em conta que o próprio Tesouro do Estado está sendo chamado a socorrer o Banco do Estado, com a integralização de capital, desta feita, há 10 dias atrás e votamos uma integralização de capital por parte do Governo do Estado, na ordem de 11 milhões de reais, em relação ao Banco do Estado do Paraná.

Então, quero levantar essa questão aos Srs. Deputados, e contar com o apoio dos Senhores, que amanhã estarei entrando aqui no Plenário da Assembléia com uma solicitação de que o Presidente do Banco do Estado venha dar conhecimento à Assembléia Legislativa das providências que estão sendo tomadas, e do que é que foi apurado pela auditoria, em relação a participação de empresários e funcionários do Banco nessas irregularidades, denunciadas por nós, e na ocasião, quando foi chamada a Assembléia Legislativa secreta com a presença de toda a diretoria do Banco do Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra-se a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Julio Ando, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente, solicitando diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias após as Sessões Ordinárias, até o dia 30 (trinta) do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Solicitamos aos Srs. Líderes de Bancadas para indicarem os membros que vão compor a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania.

A Mesa convoca todos os Srs. Deputados que tenham presença até a Sessão de sexta-feira, onde serão votadas as matérias que se encontram em condições regimentais, porque não haverá convocação extraordinária, nem por parte do Governo, nem por parte da Mesa da Assembléia.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/97, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Pau d'Alho - Ensino de 1º grau regular, com sede e foro no Município de Assaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/97, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação São Roque, com sede e foro no Município de Tamarana. EMENDA DA C.C.J.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/97, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública estadual a Fundação Educacional, Sindical e Assistencial do Iguaçu - Fundação Iguaçu, com sede e foro na Cidade de Curitiba / PR. EMENDA DA C.C.J.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI Nº 232/97

O Projeto de Lei nº 232, passa a ter a seguinte redação:

Requer declaração de Utilidade Pública Estadual a Fundação Educacional, Sindical e Assistencial do Iguaçu, com sede e foro na Cidade de Cascavel / PR.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Luiz Carlos Martins, Anibal Khury, Valdir Rossoni e Orlando Pessuti.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.
Emenda - **Aprovada.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/97, de autoria do Deputado Hi-dekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Bairro Alto, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Perobas, com sede e foro no Município de Prudentópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/97, que aprova abertura de crédito suplementar, bem como a conversão da fonte 00 - Ordinário não Vinculado, para fonte 07 - Convênios com Órgãos Federais, no valor de R\$ 7.843.180,00 (sete milhões, oitocentos e quarenta e três mil, cen-

to e oitenta reais), na dotação de transferência de recursos à Companhia de Saneamento do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/97, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 5.015.597,00 (cinco milhões, quinze mil, quinhentos e noventa e sete reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial para o Desenvolvimento Educacional, visando atender despesas como construções de salas de aula, ambientes administrativos, execução de melhorias em diversos municípios. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/97, que objetiva criar, na parte permanente do quadro geral do Poder Executivo, 100 (cem) cargos de provimento efetivo de Médico Veterinário, e 40 (quarenta) de Engenheiro Agrônomo, todos do padrão I - III, para serem utilizados pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito nas localidades de Prainha e Cabaraquara, para que a população decida sobre sua incorporação ao Município de Matinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 36/96, de 10.04.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/96

P A R E C E R:

O projeto em questão, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, objetiva autorizar a realização de plebiscito nas localidades de Prainha e Cabaraquara, para que a população decida sobre sua incorporação ao Município de Matinhos / PR.

A pretensão do autor é plenamente justa e oportuna, pois já que as referidas localidades pertencem ao Município de Guaratuba, mas são atendidos pela Prefeitura de Matinhos, nada há que possa obstar sua normal tramita-

ção. O parecer, portanto, é favorável ao seu acolhimento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Pela Ordem!

Apenas para registrar o voto, não tanto em homenagem ao autor, mas em homenagem ao Prefeito Chiquinho, de Matinhos, que está aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Obrigado a Vossa Excelência. É uma deferência especial.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito para que a população das localidades de Barranquinha, Alecrim e Jardim da Curva, decida sobre possível transferência de seus territórios para o Município de Ivaiporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. ANEXADO AO PROJETO DE LEI Nº 138/97. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 69/97, de 14.05.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/97

P A R E C E R:

Relatório

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo autorizar a realização de plebiscito para que a população das localidades de Barranquinha, Alecrim e Jardim da Curva, pertencentes ao Município de Ariranha do Ivaí, decida sobre a transferência de seus territórios para o Município de Ivaiporã.

Fundamentação

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça entende que não existe nenhum impedimento para a tramitação da presente proposição, tendo em vista que a mesma está de acordo com a Lei Complementar nº 56, que regulamenta a matéria.

Conclusão

Assim sendo, apresentamos o nosso parecer favorável, ao presente projeto de resolução.

Sala das Comissões, em 19.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Apenas para registrar a presença

do Sr. Prefeito de Dois Vizinhos, Jaime Guzo, e dos Vereadores daquele município, que nos honram, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado.

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 1497, 1498 e 1499, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1500, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1501 a 1503, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1504 a 1507, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1508 a 1510, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1511 e 1512, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1514, 1515, 1522 e 1523, de autoria da Sra. Deputada Ironði Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1517 a 1520, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1521, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Mais uma vez, esta Presidência alerta aos Srs. Deputados para a votação desta semana, que vai encerrar o período normal da Assembléia. Temos matérias importantes, inclusive a LDO, que se não for votada nesta semana, haverá uma prorrogação gratuita, de acordo com a Constituição.

Nada mais havendo a tratar, decido encerrar a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 129 e 232/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n°s 002/96 e 010/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 077, 233, 235, 236 e 237/96, dos de Resolução n°s 002, 003, 004 e 005/97.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Decreto Legislativo n° 006/97.

Levanta-se a sessão.